

A QUEM INTERESSA A DIVISÃO DO PARÁ?

Por Patrícia Monteiro

Um plebiscito popular ocorre em dezembro, mas independente do resultado, interesses regionais vêm à tona; e quem ganha com isso?

Está no artigo 18º da Constituição de 1988, parágrafo 3: "Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar". Foi com base nesse direito que, em maio deste ano, o Congresso aprovou os projetos de lei que convocam um plebiscito popular para o dia 11 de dezembro, para decidir sobre o desmembramento do Pará, formando dois novos estados: Carajás e Tapajós.

A divisão desta unidade federativa do país causa divergência entre juristas, jornalistas e sociedade civil. Em maio, o jurista Dalmo Dallari defendeu a tese, derrotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, de que toda a população brasileira deveria votar no plebiscito, já que é a União que vai arcar com os custos da nova burocracia estatal. Áthila Kzam, professor de geografia do Ensino Médio e de cursos pré-vestibulares em Belém, concorda. "No âmbito nacional, quer queira, quer não, mexe com a organização política do país todo", argumenta.

Já o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto acredita que a tese do jurista acabaria com a federação, e reflete, na verdade, interesses políticos de São Paulo, já que a divisão aumentaria a representatividade política da região Norte, que ganharia 6 novos senadores e 16 deputados federais, além de 24 estaduais.

Do ponto de vista econômico, no entanto, dados apontam para a inviabilidade dos novos estados. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os Carajás e Tapajós nasceriam com um déficit de quase 2 bilhões de reais.

Um dos principais argumentos de quem defende a divisão, como o deputado federal Giovanni Queiroz (PDT), é de que o Pará é o segundo maior estado do Brasil. Seus 144 municípios se dividem em uma área de 1,24 milhão de metros quadrados, o que prejudica a "ação do Estado" em áreas pobres e/ou conflituosas. Há rumores, porém, de que Queiroz seja um dos nomes mais cotados para ser o primeiro governador de Carajás em 2014, caso o estado seja criado.

Seu argumento, inclusive, pode ser facilmente rebatido. "Se fosse inteiramente verdade que um estado dessa dimensão é necessariamente mal administrado, Minas Gerais seria um dos Estados mais pobres do Brasil, e não é verdade. Os mais ricos seriam Sergipe e Alagoas, que são os menores", diz o professor Áthila. "Não se pode tomar a mera extensão territorial como símbolo de boa administração".

Em Belém, a campanha contra a divisão é forte e os motivos são claros. A atual capital perderia praticamente todas as suas fontes de riqueza, como a mineração e a produção de energia elétrica.

Ainda que, segundo estimativas, o Pará remanescente continuasse com cerca de 56% do

PIB do Estado, "não teria a produção em si", segundo o professor. "Restaria principalmente a prestação de serviço e a produção de alumina e alumínio das empresas Albrás e Alunorte".

Já Tapajós, cuja capital seria Santarém, abrigaria a polêmica hidrelétrica de Belo Monte, atualmente em construção, e Carajás concentraria as riquezas da hidrelétrica de Tucuruí e dos projetos de mineração da Vale, antiga Vale do Rio Doce, privatizada em 1997.

Para o jornalista Lúcio Flávio Pinto, a divisão continuaria beneficiando as elites locais e não melhoraria a circulação do dinheiro. "As pessoas que lideram hoje o movimento da separação, e que dizem que ela seria boa para uma aproximação do Estado, são as mesmas lideranças que aceitaram esse modelo colonial do Pará", lembra ele.

Ainda que não veja uma conscientização do povo paraense, a existência do plebiscito por si só, segundo o jornalista, já é algo importante. "É a primeira vez que o povo decide uma coisa dessas." Os interesses, no entanto, não estão sendo postos à mesa, já que nem a elite econômica da região, nem os jornais locais têm interesse em aprofundar o debate. "Os jornais de Belém estão induzindo à rejeição", analisa ele.

O cenário do conflito de interesses pode ser explicado pelo professor Áthila: Tapajós é a região mais pobre do Estado e Carajás possui um potencial de crescimento enorme. "A elite de Belém considera algo desse tipo: é legítima a reivindicação de Tapajós, pois eles estão afastados, a infraestrutura da região é relativamente precária. Em Carajás não é bem assim".

Hoje, segundo Áthila, dos 144 municípios do Pará, 60 sobrevivem através do Fundo de Participação dos Municípios, verba repassada pelo governo federal, cujo percentual é calculado pela proporção do número de habitantes.

Marabá, cogitada para ser a capital do estado de Carajás é a 4ª cidade mais violenta do país. De acordo com o Mapa da Violência 2011, feito pelo Ministério da Justiça, foram registrados 125 homicídios por 100 mil habitantes em 2008. Como base de comparação, no mesmo período, em Belém - uma das capitais mais violentas do país - foram registrados 47 assassinatos por 100 mil habitantes.

Outro dado relevante, que ajuda a explicar a existência de uma elite econômica em ascensão, é o fato de Marabá ter sido escolhida "a dedo" para ser sede da Alpa, a siderúrgica Aços Laminados do Pará, também da Vale, para produção de aço no Brasil.

A escolha não se deu à toa. Marabá é atravessada pela BR-230 (também conhecida como Transamazônica), e pela PA-150, que liga o município à Belém. Além disso, é cortada pela Estrada de Ferro Carajás, que liga o pólo minerador ao porto de Itaquí, em São Luís, no Maranhão, constituindo um dos mais importantes corredores de exportação brasileiro.

Para Zenaldo Coutinho, deputado do PSDB que preside a Frente Contra a Criação do Estado do Carajás, deve haver uma melhor distribuição das riquezas geradas pelo estado. Desde 1996 vigora no país a Lei Kandir, criada para estimular as exportações brasileiras em um contexto de déficit da balança comercial, através da isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para produtos de exportação. Como se trata de um imposto federal, mas cujas receitas são parcialmente apropriadas pelo poder estadual, a lei levou a uma considerável perda de receitas por parte de estados preponderantemente exportadores, como o Pará.

"A solução está na revisão dessa relação tributária e não na divisão que produzirá mais miséria", afirma o deputado tucano, que atua na mesma frente que o deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL, pré-candidato à prefeitura de Belém.

"Se for falar na questão partidária (das frentes articuladas contra e a favor à divisão) a ligação vai ser mais complexa ainda", afirma o professor Kzam. Mas, no quesito tributário, ele concorda: "A Lei Kandir deveria ser suspensa, para uma movimentação maior do capital".

Outro ponto, pouco destacado no debate, é o grande número de conflitos agrários nesta região do Pará. Com suas riquezas naturais, o sudeste paraense é local de propriedades de Daniel Dantas, Fábio Luis Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, e Duda Mendonça, este último convidado para fazer o marketing da campanha pró-divisão.

De acordo com o professor Áthila Kzam, cerca de 40 mil pessoas de estados vizinhos ao Pará mudaram seu distrito eleitoral para poder participar do plebiscito. Essas pessoas, segundo ele, foram estimuladas a fazê-lo pela elite de Marabá, com o interesse justamente em dar peso ao "sim". "Não tem nada de ilegal nisso, mas é imoral", denuncia.

O tema é polêmico e, a menos de dois meses da votação, o resultado é incerto. O que sair das urnas, no entanto, não será definitivo. Caso a população paraense escolha o "sim", o resultado volta para Câmara, onde deve ser aprovado por maioria absoluta para ir para o Senado, onde, se aprovado, vai para sanção final da presidenta Dilma Rousseff.

O percurso é longo e, seja qual for o resultado, os ânimos na região já estão acirrados, justamente por mexerem em interesses tão intrínsecos à região.

"Se ficar separado, não haverá uma harmonia entre eles. Se não separar, o estado ficará dividido politicamente", acredita Lúcio Flávio.

"Caso vença o 'não' haverá o ódio de Santarém e Marabá contra Belém, caso vença o sim será o contrário, o ódio de Belém contra Santarém e Marabá", prevê Áthila.